



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O MANUAL DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Patrícia Batista dos Santos*
(UFS)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a história da disciplina escolar Educação Moral e Cívica, durante o período conhecido como Ditadura Militar no Brasil e localizá-la no âmbito da História da Educação apresentando como leituras norteadoras, autores como Ivor F. Goodson, André Chervel e Dominique Julia, os quais norteiam os conceitos de Cultura Escolar mediando a leitura das fontes.

Para desenvolver nossa argumentação, primeiramente apresentamos os aspectos históricos e a formação da Educação Moral e Cívica como disciplina. Em seguida iniciaremos uma análise dos livros didáticos da referida disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Educação moral e cívica; Livro didático; Disciplina escolar.

*Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela FSL; Especialista em Gestão da Informação pela UFS; Professora do Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição; e professora tutora da Universidade Tiradentes. Componente do GRUPO DE PESQUISA DISCIPLINAS ESCOLARES: HISTÓRIA, ENSINO, APRENDIZAGEM, da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Professora Doutora Eva Maria Siqueira Alves. Email: pet.bs@oi.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INTRODUÇÃO

1.1 Educação Moral e Cívica: aspectos históricos

Desde 1930 a educação passou a ser vista como problema nacional, justificando uma intervenção cada vez maior do governo federal. O ensino religioso foi fortemente utilizado para esta tentativa, no entanto é enriquecido com conceitos de patriotismo e civismo, algo reforçado na Reforma Francisco Campos, durante o Estado Novo, com a definição de Moral e Cívica.

É sabido que a Educação Moral e Cívica estava presente desde a Reforma de Rocha Vaz em 1925, encontrando-se presente em algumas escolas, servindo na transmissão de conceitos de aprimoramento da pátria. Todavia é a partir de 1930 que esta disciplina vem a servir basicamente ao estado e a transmissão de concepções militares. Segundo José Baia Horta:

Os mesmos temas e os mesmos atores estão, em maior ou menor grau, presentes também no discurso pedagógico e na prática educativa dos regimes totalitários da Europa, no mesmo período. Assim, na Itália fascista o processo de 'fascitização' da escola traduz-se por uma acelerada centralização do aparelho educativo, sob direção do Ministero Dell'Educazione Nazionale

Ainda durante a década de 30, esta disciplina já é bastante discutida, mas o conceito moral e considerado como algo que deveria ser transmitido em aulas de religião, bem como os vultos cívicos nas aulas de História. No entanto no Governo de Getúlio esses conceitos são repassados também nas aulas de Educação Física e até nos cantos orfeônicos. Havia uma preocupação em transmitir de forma sutil os conceitos cívicos e patrióticos.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Durante os fins da década de 40 e nos anos 50 esta discussão permanece mais calma. Em 1961, pela lei 4.024, a disciplina EMC aparece no currículo como optativa, porém, após o golpe militar, em 1964, retorna com novos aspectos.

Finalmente em 1971, a proposta é concretizada e a Educação Moral e Cívica vai às escolas com roupagem de História e Geografia, dando ênfase à formação e a cidadania, que se daria à medida que os alunos compreendessem o fundamental para “um homem de bem”: família, religião e amor à pátria

De 1964 ao início dos anos 90, os conteúdos dos programas não possuem grandes variações, abordando sempre o conceito de família, pátria e religião. E, segundo os professores, os livros didáticos eram sempre reeditados com as mesmas figuras e textos. A importância desta disciplina está ligada à formação dos profissionais em geral, os licenciados em Estudos Sociais e em áreas afins, bem como aos educandos que nunca irão esquecer a importância de ser um “homem de bem” e principalmente o que é ser este homem.

No entanto, foi durante a década de 1970 (auge da ditadura militar no Brasil) que temos o exemplo da forma mais doutrinária para a transmissão da Educação Moral e Cívica, era considerada matéria específica e por intermédio dela, professores deveriam passar valores assumidos como fundamentais para o controle da ordem social trabalhando conceitos como o amor à pátria, a família e a moral. Retirou-se então da História e Geografia a responsabilidade desta formação política do cidadão brasileiro deixando como especificidade da Educação Moral e Cívica. A Educação Moral e Cívica deveria encaminhar o cidadão a combater as idéias subversivas do comunismo e criar uma moral religiosa cristã, desta forma possuía em seus conteúdos elementos como conservadorismo, romantismo, catolicismo, positivismo e doutrina de segurança nacional.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71 de 1971 realizou a reforma de ensino de primeiro e segundo graus institucionalizando a referida disciplina.

A Educação Moral e Cívica ao mencionada na LDB, no capítulo pertinente ao ensino primário fará parte da matriz curricular a partir do decreto n. 869/69 e da sua regulamentação pelo decreto n.65.068/71, em que se dispõe sobre a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica com uma disciplina e prática educativa em todos os graus de ensino.

Maria do Carmo Martins em seu livro “A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?”, faz um estudo sobre a disciplina história e seu currículo onde nos esclarece que existia uma preocupação em legitimar um currículo escolar, este seria definido não apenas com um elenco de matéria a serem ensinadas, mas norteariam os trabalhos na escola.

Dessa forma, o processo de legitimação de um saber escolar inicia-se no currículo deste a sua instância prescritiva. Inicia-se na prescrição, regulamentando-se, definem-se os conteúdos desses saberes de acordo com os objetivos atribuídos aquele ensino no processo educacional e realiza-se em última instância na prática do ensino, pelos professores e alunos. Definir o caráter e o conteúdo de um conhecimento escolar insere-se, pois, em uma série de relações de poder nas quais a educação está inscrita.

Estudar a Educação Moral e Cívica como disciplina escolar pressupõe explicar as transformações ocorridas em um determinado período. Assim, torna-se possível identificar os fatores ligados a conteúdos e métodos de ensino, o que nos possibilitará a articulação de propostas mais consistentes de mudanças curriculares.

Chervel nos mostra a importância destas disciplinas escolares para apreender um movimento histórico na definição dos conteúdos escolares, a disciplina do intelecto aparece, portanto, como um elemento estruturador do currículo.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A História da Educação tornou-se sensível às investigações acerca da maneira como tais disciplinas se constituíram. Embora reconheça o risco de tentar criar esquemas classificatórios, para os campos de pesquisa (por não favorecer com elas as análises interdisciplinares) a história das disciplinas escolares permite apreender um movimento histórico nos conteúdos. Esse movimento inclui conflitos, lutas pelo espaço de definição da forma e dos saberes que constituem tal conteúdo disciplinar.

A historiografia da educação tem se alimentado das discussões da nova história e especificamente da história cultural, há uma tendência à valorização das práticas do cotidiano escolar e uma compreensão dos sujeitos envolvidos no processo (professores, alunos, pais, administradores). Essa tendência amplia o conceito de fontes, problematiza o objeto de investigação e nos leva a uma maior reflexão.

1.2 Os livros didáticos como fonte para o estudo da disciplina escolar Educação Moral e Cívica

A pesquisa da História das Disciplinas Escolares nos remete a diversas questões ao que diz respeito à seleção dos conhecimentos para o ensino, a reflexão de como os saberes tornaram-se disciplinas e das escolhas dos conteúdos curriculares de determinadas épocas.

O estudo das disciplinas escolares desmistifica a existência de uma disciplina desde sempre e mostrando a construção histórica destas.

Para melhor compreender a Educação Moral e Cívica enquanto disciplina escolar faz-se necessário conhecer um pouco sobre a história das disciplinas escolares. Compreender teoricamente, neste campo de pesquisa encontramos duas referências importantíssimas: Ivor Goodson e André Chervel.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Ivor F. Goodson procurou estabelecer a relação entre a história do currículo e das matérias escolares, mostrando que tudo é fruto de uma construção social e o papel do professor para transformar o currículo em matéria escolar.

El currículum escolar es un artefacto social, concebido y hecho para propósitos humanos deliberados. Pero hasta la fecha y en muchas exposiciones pedagógicas, el currículum escrito, la más manifiesta de las creaciones sociales, ha sido tratado como un elemento dado. Además, el problema se ha complicado por el hecho de que se le ha tratado a menudo como un elemento dado neutral incluido en una situación por lo demás significativa compleja.

Sobre os professores afirma:

A Esland lê preocupado em particular que desarrollármos investigaciones que arrojaran luz sobre el papel de los grupos profesionales em la construcción social de las disciplinas escolares. Esos grupos pueden verse como mediadores de las <<fuerzas sociales>>.

André Chervel observa a história das disciplinas escolares a partir de uma concepção de disciplina, entendendo suas especificidades com objetivos próprios tendo o pesquisador que compreender suas particularidades e sua autonomia.

[...] desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação nas história cultural.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Compreendemos que o estudo da disciplina escolar deve levar em consideração a sua contextualização histórica. Porém observando o papel exercido pela escola e a cultura por ela produzida. Desta forma podemos considerar a escola não apenas como uma reprodutora da ideologia imposta pelo Estado, mas como agente de uma cultura.

A EMC apesar de não ter se configurado como disciplina acadêmica tornou-se área de formação de professores e disciplina escolar.

Durante o final da década de 60 e anos 70 do século XX, o Brasil passou modificações no currículo escolar entre estas, o fim da autonomia das disciplinas de História e Geografia e a inclusão de Estudos Sociais que trazia consigo o ensino de Educação Moral e Cívica e Organização Política Brasileira.

Maria do Carmo Martins nos apresenta em seu texto *As Humanidades em Debate* os conflitos e resoluções do Conselho Federal de Educação a respeito da implantação destas disciplinas mostrando que o C.F.E insistia que as disciplinas tradicionais não seriam obrigatoriamente supridas do currículo, mas assinalava a preferência para que a integração entre elas fossem realizadas nas práticas escolares, com seus conteúdos ministrados, preferencialmente, por um professor polivalente.

Como ponte para o diálogo com a história da EMC escolhemos o livro didático, pois este propõe uma gama de elementos que devem ser considerados na análise, elementos estes que fazem do impresso um objeto cultural.

Livros não são meramente idéias, sentimentos, imagens, sensações, significações que o texto possa representar. Nem tão pouco é o texto abstrato. Pois esse texto, de que as pessoas normalmente vêem apenas idéias, sentimentos, imagens etc, e constituídas de letras (confeccionados com tinta sobre o papel) segundo uma família de tipo (ou face de tipo ou fonte), que lhes dá homogeneidade. Uma família de tipo compreende todas as letras do alfabeto em caixa alta (maiúscula) e caixa baixa (minúscula), todos os numerais e todos os



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

sinais como vírgula, ponto, aspas, hífen, travessão etc. - isso em vários tamanhos(corpos) e estudos...

Ter o livro didático como fonte para a análise da disciplina Educação Moral e Cívica é de grande relevância, pois avalia os conteúdos e a forma de apresentação que se consolidaram como oficiais durante o período estudado.

Os livros didáticos são considerados difusores dos programas curriculares podendo influenciar os professores e alunos simplificando muitas vezes de forma excessiva o discurso curricular. Era um veículo de circulação que permitiu uma aproximação sobre as idéias e a concepção educativa para a proposta de formação dos sujeitos escolares.

No Brasil desde o século XIX os livros didáticos eram adaptados de obras estrangeiras produzidos em países como França, EUA entre outros, e dentro dos textos escolares a concepção iluminista era nítida, seguindo-se uma visão francesa em face da Revolução Francesa. Esta concepção foi a mais influenciável e base para os primeiros livros produzidos no Brasil. Acreditava-se que um livro é um livro apropriado que induz novos hábitos. Assim “os hábitos mentais remetem a suas condições de inculcação, portanto, estas forças formadoras de hábito.”

O livro é fragmento da cultura escolar fazendo uma leitura do conceito de cultura escolar apresentado por Dominique Julia.

Um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a incorporar e em conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sóciopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas normas, e portanto, a pôs em ação dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber os professores.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O livro didático é um instrumento da cultura a mercê desta transmissão, aparentemente sutil, no entanto norteadora. O livro didático é a representação do modelo de educação a ser construído. É instrumento forte de direcionamento das idéias, sugerindo o caminho “verdadeiro” e “inteligente” de pensar. Nele, os exercícios, as ilustrações, reforçam o conteúdo que se quer transmitir. Exemplo disso é o conteúdo trazido nos livros de Educação Moral e Cívica de Elian A. Lucci (1991) que nos trás “A Sociedade Brasileira e as Instituições”. Nesta obra se observa enquanto instituições: a Igreja, a Família e as Forças Armadas. No mesmo livro, observamos ilustrações das Forças Armadas e de uma família branca, desconsiderando outras matrizes raciais.

Umberto Eco enfatiza também a análise do livro didático. Este autor comenta a importância dos manuais, ao afirmar que “a confiança que temos, instintivamente, no livro de leitura não é devido aos méritos deste último, mas as nossas fraquezas que os livros de leitura viam e alimentavam.”

Ao observar a materialidade desta fonte percebemos a riqueza das informações, os conteúdos, as imagens. A exemplo na pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, ao trazer o conceito de comunismo conclui: “onde existem reacionários, pelegos e exploradores, a tarefa do comunismo é sumamente facilitado, porque eles são, na verdade, seus cúmplices e aliados clandestinos.”

Como é possível averiguar os conceitos são ditados e injetados em pequenas doses das mais diferentes formas, exercícios propostos pelos manuais, pesquisas, ditados e outros.

Outro aspecto relevante é a apresentação dos pareceres do Conselho Nacional de Moral e Cívica estarem presentes nas contracapas dos manuais deixando claro a supervisão e a importância desta aprovação como certificação da “qualidade” daquela publicação.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Ao analisar os índices de alguns livros encontrados nas bibliotecas públicas de Aracaju e em bibliotecas de ex-professores foi possível observar um tripé básico para a estruturação dos conteúdos: Pátria, Família e Religião – este direcionamento auxiliava a formação do cidadão brasileiro como aquele que amava a Pátria, que era bom pai de família e cristão.

Os conteúdos estudados na disciplina Educação Moral e Cívica, tais como: formação moral, hábitos, símbolos nacionais dentre outros, chega-se a suposição de que o ensino moral de fato fora encarado como algo de fundamental para a formação dos alunos.

O papel da educação seria instrumentalizar e o livro didático seria um dos instrumentos para inculcar valores e princípios criando hábitos saudáveis.

Seria utilizado de a maneira mais fácil, porém eficaz, de estabelecer a “ordem e o progresso” no Brasil. Afirmava-se que para formar um cidadão honesto e trabalhador era necessária uma disciplina escolar que induzisse à prática dessa cidadania. Desta maneira, formaram-se professores “capazes” de conduzir os princípios morais do aluno e este aluno ficaria formado para exercer as funções sociais dignas ao homem, sendo capaz de participar das instituições básicas da sociedade. Dentre essas instituições, seria a família a principal fortalecida, como podemos visualizar em um livro de EMC (Educação Moral e Cívica) que diz que “[...] a família não dispõe em si mesma de todos os meios necessários para a concretização do direito e dever de educar. Graças a isso, ela pode delegar poderes de educar a outra instituição: a escola.”

Assim, a escola seria um complemento fundamental da família, pois esta teria a obrigação de estar apta a criança, integrá-la na sociedade e orientar a sua conduta para uma vivência harmoniosa na sociedade.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Encontramos além dos textos escritos as gravuras incentivando a inculcação de tais conceitos, exemplo, homens vestidos com o fardamento do exército brigando pela partia, os Símbolos Nacionais, figuras de famílias tradicionais com pai, mãe e filho (em geral famílias brancas) além de gravuras de batizados católicos.

Apesar de ser uma pesquisa em andamento, as análises têm nos levado a considerar que os manuais didáticos são fontes inesgotáveis, para o estudo da História da Disciplina Escolar Educação Moral e Cívica os livros abrangem uma gama diferenciada de informações, desde os aspectos físicos dos livros como capa, contracapa, registro dos pareceres do Conselho Federal de Educação, ilustrações aos conteúdos curriculares.

Os livros apresentam os assuntos prescritos pelo conselho Federal de Educação apesar de aparecer nos índices em ordem diferenciado de um autor para o outro. Nos textos dos livros o período vivido não era considerado ditadura, mas o caminho para a democracia. A preocupação central é formar cidadãos patrióticos o qual deveria contribuir para um Brasil desenvolvido.

Assim, os livros contribuiram para o ensino dos conteúdos da Educação Moral e Cívica, e colaboravam para com as práticas educativas.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos**: Vitória da Conquista: SMED – Núcleo Pedagógico, 2007.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CUNHA, Luiz e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos.** Revista Brasileira de Educação. Campinas, São Paulo, nº 14, p. 108-130, maio/ago, 2000.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual do Estilo Acadêmico: Monografias, Dissertações e Teses.** Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA, 2001, 100 p.

MINAYO. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social.** 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo, edições Loyola, 1973.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1979.

SALES, Sheila Cristina Furtado. **Educação de Jovens e Adultos no Interior da Bahia: Programa REAJA.** 2008. Tese (doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (BAHIA). **Educação em números: Bahia - 2000.** Salvador: SEC, 2002. 114p.

Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **SEC/BA.** Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br>.

FONTES JORNALÍSTICAS

BRASIL, Laudionor A. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: *Uma Campanha digna de todos os aplausos.* Grande Número de escolas será criado neste município. **O Combate.** Ano XVII, nº 21: Vitória da Conquista, 1947a.

BRASIL, Laudionor A. CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **O Combate.** Ano XVIII, nº 15: Vitória da Conquista, 1948.

FRANCO A. Bellini. Uma escola para carregadores. **O Combate.** Ano XV, nº 17: Vitória da Conquista, 1944.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1992. nº. 3.

LIMA, Camillo de Jesus. Ensino noturno gratuito. **O Combate.** Ano XIV, nº 39: Vitória da Conquista, 1945.

LIMA, Camilo de Jesus. O ANALFABETISMO É FILHO DA MISÉRIA. **O Combate.** Ano XVII, nº 27: Vitória da Conquista, 1947b.

LIMA, Mário. O máximo problema no Brasil. **O Combate.** Ano XIV, nº 39: Vitória da Conquista, 1945.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

PADRE, Mário. O máximo problema no Brasil. **O Combate**. Ano V, n° 39: Vitória da Conquista, 1934.

VIANA, Aníbal Lopes. Alfabetização de 2,5 milhões: Plano. **O Jornal Sempre ao Lado do Povo**. Ano XIII, n° 455: Vitória da Conquista, 1970.

VIANA, Aníbal Lopes. Decreto Estabelece Gratuidade. **O Jornal Sempre ao Lado do Povo**. Ano X, n° 345: Vitória da Conquista, 1967.